

PRÁXIS PEDAGÓGICA EM TEMPOS DE HIV/AIDS

PEDAGOGICAL PRACTICE IN A HIV/AIDS AGE

José Antônio Novaes da Silva¹
Universidade Federal da Paraíba

Karina Maria de Souza Soares²
Universidade Federal da Paraíba

Sônia Cristina da Nóbrega C. dos Santos³
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Os PCN preconizam a prevenção ao HIV/AIDS como uma temática inserida no contexto das discussões ligadas a sexualidade, gênero e vulnerabilidade. Aquela, por apresentar uma multiplicidade de visões, crenças e valores por partes dos diversos atores/atrizes acaba gerando polêmica e desconhecimento. Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou conhecer o discurso docente sobre sexualidade em tempos de HIV/AIDS na construção de significados que colaborem ou não para uma prática preventiva segura entre adolescentes e jovens. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, e a entrevista semiestruturada realizada foi à estratégia escolhida para a coleta dos dados descritivos presentes nos discursos das professoras. Observamos nas experiências narradas que o discurso biológico é utilizado como suporte para o encaminhamento da temática, dificultando sobremaneira a percepção da sexualidade como uma construção plural, que envolve fantasias, linguagens, símbolos, convenções, relações de gênero, não apenas uma questão pessoal, mas é social e política. Portanto, o trabalho docente necessita de constante renovação para gerenciar a discussão em relação à sexualidade, incluindo a questão da vulnerabilidade ao HIV, propiciando aos adolescentes condições para o desenvolvimento do senso de responsabilidade sobre a saúde individual e coletiva.

Palavras-chave: Práxis pedagógica. Sexualidade. HIV/AIDS.

1 INTRODUÇÃO

O discurso tido como verdadeiro é portador de poder. O poder é socialmente produzido.

Michel Foucault

A sexualidade, para o ser humano, devido a sua dimensão e importância, é algo que vai muito além do sexo e da reprodução, pois inclui afeto, carinho, erotismo, amor e

¹ Professor Associado UFPB/CCEN/DBM. E-mail: baruty@gmail.com

² Mestra em Educação, UFPB - Centro de Educação (CE) - PPGE. Professora Titular Efetiva na Prefeitura Municipal de João Pessoa e Professora Mediadora na UFPB Virtual. E-mail: karina-mss@hotmail.com

³ Mestra em Educação, UFPB - Centro de Educação (CE) - PPGE. Coordenadora Pedagógica da Escola Internacional Cidade Viva. E-mail: sccnobreaga@gmail.com

troca. Portanto, como refere Souza (2000), o comportamento sexualizado não começa na adolescência, ou na adultícia, mas nas atitudes e nas curiosidades infantis decorrentes das necessidades de satisfações instintivas que exigem gratificações eróticas e afetivas.

Diferentes fases do desenvolvimento humano são caracterizadas por diferentes formas de expressão da sexualidade. Assim, de acordo com Souza (2000), no primeiro ano – a fase oral – a região do corpo que proporciona mais prazer à criança é a boca, visto que, além da visão e da audição, é através dela que a criança entra em contato com o mundo, razão por que a criança pequena tende a levar tudo o que pega à boca e suga o seio não apenas para saciar a fome, mas também para satisfazer a uma necessidade instintiva, ou seja, segundo os PCN, os contatos de uma mãe com seu filho despertam nele as primeiras vivências de prazer. Entre dois e quatro anos – fase anal – a criança passa a adquirir o controle dos esfíncteres, e a zona de mais satisfação é a região do ânus. Por extensão, podemos entender as mesmas sensações relacionadas ao controle urinário. Dos quatro aos seis anos – fase fálica – a atenção da criança volta-se para a região genital, acessível à manipulação (o pênis, no menino, e o clitóris, na menina). No sexto ou no sétimo ano de vida, inicia-se a fase de latência – suposta por Freud como um período em que os impulsos sexuais ficariam adormecidos. Já na adolescência, a partir dos dez anos de idade, há uma retomada dos impulsos sexuais, e o adolescente passa a buscar, nas relações sociais extrafamiliares, um objeto de amor.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância. Nesse contexto, as práticas pedagógicas, permeando cada fase do desenvolvimento humano, funcionam como mediadoras nas relações entre os sujeitos, e a escola, por representar o espaço propício de veiculação da discussão sobre a sexualidade, incluindo a questão da vulnerabilidade ao HIV, assume papel fundamental, na qual a temática pode e deve ser proposta em uma perspectiva crítica e também cultural. Através de seus protagonistas - os/as educadores/as - a escola pode oferecer aos adolescentes e aos jovens informações e meios para que eles façam suas próprias escolhas e desenvolvam o senso de responsabilidade e tolerância. Todavia, observamos que a discussão acerca da sexualidade, no âmbito escolar, segue uma trajetória de lutas e de conquistas para implantação do tema no currículo, apesar de estar presente em nossas vidas desde muito cedo. Sobre isso, assim se expressa Louro (1997, p. 81):

[...] Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir".

Segundo Werebe (1998), a educação sexual intencional e sistemática passou a preocupar os/as filósofos/as, médicos/as, educadores/as e a classe política, nos países ocidentais, em meados do século XVIII, quando surgiram os primeiros movimentos tanto favoráveis quanto desfavoráveis a sua discussão no ambiente escolar. Ainda segundo a autora, foi nessa época também que a tomada de consciência de que os problemas ligados à sexualidade existiam, acentuaram a repressão sexual. Essa repressão assumiu formas e justificativas diferentes em distintos momentos de nossa história. Para Foucault (2011), ela é apenas uma estratégia de poder, porquanto aquilo que é reprimido acaba sendo aguçado. Durante muito tempo, a escola assumiu esse direcionamento como mais um meio que dispunha para controlar e administrar os corpos dos estudantes, um poder que não é exercido através de punições ou proibições, mas de mecanismos positivos que visam produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade.

A sexualidade das crianças e, particularmente, dos adolescentes é preocupação escolar desde o século XVIII, justamente quando essa questão passou a ser um problema público. Entretanto, isso acontece sob a influência das concepções médico-higienistas preocupadas em combater as doenças venéreas e a masturbação e preparar as mulheres para seu papel de esposa e mãe. Nesse contexto, havia uma grande preocupação em se combater a masturbação e enfrentar a sífilis, doença que se fez acompanhar da AIDS nos últimos 20 anos dos Novecentos, em cuja primeira década começaram, no Brasil, os esboços de um programa de Educação Sexual. A ação foi protagonizada pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), fundado em 1933, cuja missão era de libertar o povo brasileiro de seu cativo moral (OLIVERIA, 2012).

Nos anos de 1930, a discussão sobre Educação Sexual (ES) eclodiu na sociedade brasileira num momento em que a sífilis fazia numerosas vítimas (ALTMANN, 2001). Uma ideia, mesmo que superficial da presença da doença na população é transmitida por Simões (2009, p. 78-79), ao afirmar que, “entre as causas de invalidez no operariado carioca, estava a sífilis, sendo que, em 14 de abril de 1939, dentre os laudos enviados às Caixas e aos institutos de aposentadoria, até esse mesmo ano, 36% referiam-se a

doenças cardiovasculares, 20% a tuberculose, 11% a doenças do sistema nervoso, 6% a sífilis, e 4% a lepra”.

A educação proposta na época apresentava-se repressiva e voltada para o público masculino. Um exemplo desse tipo de atitude é o livro publicado em 1938, “Iniciação Sexual - Educacional”, de Oswaldo Brandão da Silva, em cujo conteúdo se lê: “Leitura reservada”, pois a publicação era voltada para os meninos. Sobre esse aspecto, Chauí assevera: “[...] As meninas estão excluídas porque não necessitam das informações, visto que não terão vida sexual antes do casamento. Os meninos precisam dessa iniciação porque, além de encarregados da iniciação das esposas, correm o risco ininterrupto das atrações do sexo [...]” (CHAUI, 1991, p. 18).

Durante as décadas de 1960 e 1970, a penetração da Educação Sexual formal na escola enfrentou fluxos e refluxos. Na segunda metade dos anos de 1960, algumas escolas públicas, no Brasil, desenvolveram experiências de Educação Sexual (ALTMANN, 2001). Uma das demonstrações de resistência ao tema pode ser observada em uma entrevista do escritor Nelson Rodrigues, da ‘Revista Realidade’, em outubro de 1969: “[...] A educação sexual deveria ser dada por um veterinário a bezerros, cabritas, bodes, preás, vira-latas e gatos vadios. No ser humano, sexo é amor [...]” (CAVALCANTE; MORAES, 2003, p. 238).

As diferentes iniciativas voltadas para o tema deixam de existir em 1970, após o pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo, que deu parecer contrário a um Projeto de Lei de 1968 apresentado pela deputada federal, na época, Júlia Steimbruck, que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1976, a posição oficial brasileira afirmou que a família era a principal responsável pela educação sexual, mas que as escolas poderiam inserir ou não essa temática em programas de saúde. Os anos de 1980 assistiram à continuação da polêmica. Novos ventos passaram a soprar sobre a questão a partir dos anos de 1990. Uma pesquisa feita pelo “Data-Folha”, em 1993, concluiu que 82% dos adultos que têm filhos aprovam a realização de Educação Sexual nas Escolas. Apontamos também, nessa década, conquistas relevantes. Além da discussão sobre a temática inserida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, cujo conteúdo contempla a sexualidade como tema transversal. Nesse direcionamento, podemos observar que esse tema é reinscrito na escola no contexto histórico e de demandas atuais.

O reingresso da escola no enfrentamento a uma DST se faz num momento da construção de múltiplas identidades e de um aumento da discursividade a respeito do sexo e da sexualidade nos mais variados espaços sociais, o que irá exigir do/a professor/a muito cuidado e preparo no sentido de não dar vazão e/ou continuidade a preconceitos e estereótipos. Outro ponto também merecedor de preocupação é que a temática, ao ser introduzida no currículo, pode passar a ser permeada de interdições, haja vista que o currículo elabora configurações e otimiza a transmissão do conhecimento dirigido à produção de formas particulares de objetividade, que, ao corporificar determinadas narrativas sobre o indivíduo e a sociedade, pode levar à constituição dos sujeitos (SILVA, 1996).

De acordo com Werebe (1998), atribui-se a necessidade de implantação dessa temática no cenário escolar a três fatores primordiais: a preocupação com o crescimento demográfico nos países de Terceiro Mundo, que veio reavivar o debate em torno da necessidade da educação sexual, visando, para muitos dos seus defensores, ao controle de nascimento; as mudanças nos comportamentos e nas atitudes sexuais dos jovens, no sentido de terem mais liberdade, o que atinge os vários setores da população, e não, apenas, os países mais desenvolvidos; e o aparecimento e a expansão da AIDS, para a qual a educação sexual representa o único meio de combate, na ausência de uma vacina contra a moléstia. De acordo com os PCN, a Orientação Sexual, termo utilizado para se discutir sobre a sexualidade no âmbito escolar, é entendida como de caráter informativo, numa perspectiva democrática e pluralista. Seguindo o mesmo direcionamento de Werebe (1998), utilizamos no texto a nomenclatura Educação Sexual, por ser a expressão mais indicada para designar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade, uma vez que, o termo ‘Orientação Sexual’ sugere ambiguidade quando relacionado à orientação que a pessoa imprime a sua sexualidade: homossexual, heterossexual ou bissexual. Todavia, Figueiro (apud WEREBE, 1998) propôs que fosse padronizado o termo educação sexual, por considerá-lo mais adequado, pois, entre outros motivos, diferentemente dos outros termos, indica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem, e não, apenas, mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações. Enfatizando esse direcionamento, Foucault (2012, p. 41) considera a educação um “instrumento graças ao qual todo o indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso”, e o discurso, nesse contexto, segundo o autor, refere-se ao conjunto de enunciados de determinado saber.

A Educação Sexual sempre foi uma questão polêmica no espaço escolar e, por longo tempo, os currículos escolares mantiveram-se distantes dessa discussão explicitamente. Nesse sentido, é possível pensar essa temática como um campo de conhecimento em que, historicamente, tem prevalecido o conveniente silenciamento, a estratégica restrição temática, o privilegiamento do senso comum, a manutenção do preconceito e da intolerância, a possível falta de preparo pedagógico das/os educadoras/es e o sutil descaso por parte da Escola e das políticas educacionais (FURLANI, 2008). Nessa perspectiva, Foucault (2011) afirma que é uma característica das sociedades modernas incentivarem o discurso sobre o sexo, entretanto, valorizando-o como “o segredo”.

Políticas educacionais voltadas para Programas de Educação Sexual justificam-se devido às preocupações com o surgimento do HIV, na década de 1980, e à problemática da gravidez na adolescência, em especial, no Terceiro Mundo. No Brasil, constatou-se a necessidade de discutir sobre os aspectos da sexualidade no espaço escolar, através dos temas transversais, que se configuram como uma tentativa de voltar à prática educacional para a construção de uma realidade social, política e ambiental cidadã, cujos conteúdos e objetivos são incorporados nas áreas de conhecimento existentes e no trabalho educativo escolar (FURLANI, 2008).

Embora a sexualidade seja um assunto que tenha ganhado visibilidade a partir dos estudos de Freud, no início do século XX, e de Michel Foucault, na década de 1980, sua abordagem ainda está voltada para características normativas marcadas, principalmente, por aspectos biológicos (COSTA; COELHO, 2011), as quais podemos ratificar através das entrevistas e observação das aulas de nossas colaboradoras⁴. Contudo, é importante salientar o surgimento dos PCN como mais uma estratégia para disseminar essa discussão no ambiente escolar, entretanto, atrelado a uma concepção crítica e reflexiva do/a educador/a, considerando que este documento auxiliaria como eixo norteador e fomentador de questionamentos para que sejam aproveitados levando em consideração a liberdade de adaptação de temas de acordo com cada região e necessidades específicas, e não apenas para mera reprodução, uma vez que devemos considerar a complexidade e a diversidade do tema sexualidade e suas manifestações num tempo de AIDS. Nesse contexto, é preciso desenvolver um ambiente onde o

⁴ Utilizaremos o gênero feminino para nos referirmos aos sujeitos da presente pesquisa, uma vez que, a Educação é eminentemente composta por essa categoria, o que também corrobora os nossos dados.

diálogo sobre a sexualidade desperte a curiosidade e o interesse dos/as alunos/as em conhecer a si próprio e o outro sem preconceitos ou exclusões.

2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Nesta etapa, apresentaremos toda a trajetória percorrida durante o processo de investigação. Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, delineada pelo estudo de campo onde os procedimentos analíticos são de natureza qualitativa com base em entrevistas semiestruturadas. O universo da pesquisa envolve três educadoras e um educador de Ciências do Ensino Fundamental II que atuam em três escolas da rede municipal de João Pessoa, estado da Paraíba. Traçamos um perfil educacional sobre HIV/AIDS e Vulnerabilidade destas docentes, como também realizamos a observação das aulas ministradas referentes ao “Sistema Reprodutor”, conteúdo onde tradicionalmente aborda-se a temática sexualidade. Os nomes das educadoras foram modificados, utilizando pseudônimos para preservar suas identidades. Segundo Minayo (2003, p. 16-18), a pesquisa qualitativa, refere-se a uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O debate contemporâneo na escola a respeito dessa temática vem sendo desenvolvido tradicionalmente, como um conteúdo restrito da disciplina de ciências, de acordo com esta realidade as entrevistas foram realizadas com professoras dessa área. A primeira parte da entrevista teve por objetivo a caracterização sociodemográfica da população entrevistada, e a segunda, obter dados sobre o conhecimento e atuação no que tange a prevenção ao HIV/AIDS na escola. Sua duração média foi de 30 minutos. A adesão à pesquisa foi voluntária e após a anuência da pessoa entrevistada um gravador foi utilizado para o registro dos depoimentos. Os discursos das docentes entrevistadas foram analisados por meio da análise de conteúdo de Laurence Bardin, a qual ela elucidada:

[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 1977, p. 44).

Como procedimento analítico, empregamos a hermenêutica, território da interpretação do sentido das palavras. Dividimos a análise em categorias não apriorísticas, pautadas por subcategorias, que se baseiam totalmente no contexto das respostas docentes obtidas das entrevistas. O tratamento dos dados, nessa direção, permite inferências sobre o texto objetivo, o qual confere relevância ao método, uma vez que possibilita a produção de suposições subliminares acerca de determinada mensagem (CAMPOS, 2004).

3 A SEXUALIDADE NA SALA DE AULA

Considerando o pressuposto que se baseia na ideia de que a escola não muda a sociedade, mas pode transcender o espaço de reprodução para o espaço de transformação, porquanto as práticas pedagógicas são sociais e políticas (BRASIL, 2000), entendemos que a sexualidade, como um tema inserido na proposta curricular da educação básica, não pode continuar como um assunto restrito às ciências biológicas, em que só se valorizam os aspectos físicos e os hábitos saudáveis em um discurso essencialista. Nesse sentido, as diversas áreas do conhecimento que são ministradas no espaço escolar precisam atentar para a questão da sexualidade e da educação sexual. Isso pressupõe que o corpo docente deve estar preparado para implementar o processo educativo na construção dessa cidadania, o que indica que os/as interlocutores/as da ação pedagógica, de modo especial, os/as professores/as, precisam de embasamento teórico e didático coerentes com as demandas sociais dos/as estudantes (QUIRINO; ROCHA, 2012).

De acordo com esse direcionamento, buscamos entender, analisando as narrativas das professoras, colaboradoras desta pesquisa, quais as propostas pedagógicas que norteiam essa discussão em sala de aula, para tanto, utilizamos à proposta de Bardin (2006). Construimos uma categoria não apriorística: propostas pedagógicas que norteiam a discussão em sala de aula; e duas subcategorias: restrição ao sistema reprodutor e abordagem subjetiva/abrangente, as quais subsidiaram nossa discussão. Os discursos apresentados pelas professoras, de forma unânime, restringem a discussão à apresentação dos aparelhos reprodutivos, embora utilizem como respaldo os PCN. Elas assim se expressaram:

[...] As propostas pedagógicas são justamente isso, que a gente fala, são os temas transversais, porque geralmente quase todo professor

hoje tá trabalhando esse tema, não é mais o professor de ciências, entendeu? Qualquer um pode trabalhar como tema transversal, então o professor de ciências mesmo ele tá, a gente aborda esses temas principalmente sobre a sexualidade, doença sexualmente transmissível, geralmente por pesquisas, você mostra na internet, essas coisas, mas para dar aula assim, essas coisas a gente quase não aborda, a gente tá deixando mais para outros professores também (MARIA - 60 anos com 22 de magistério, sic).

Eu procuro, é, é, dar os conteúdos dos sistemas reprodutores, das doenças, mais assim, no meio disso daí eu procuro conversar (FABIANA - 31 anos com 13 anos de magistério, sic).

Eu vou de acordo com os PCN, que a gente tem que andar de acordo com os PCN (RAYANE, 43 anos - 15 de magistério, sic).

É, geralmente, eu trabalho, é, nesse ano que eu trabalhei, eu tava buscando muita orientação da supervisora e da psicóloga justamente por conta da faixa etária dos alunos e do, do, da forma como eu abordar. Como eles têm uma experiência maior com essa faixa etária então eu sempre busco orientação da, dos profissionais da escola mesmo, para aquele público para poder trabalhar de uma forma melhor, né (JÚNIOR - 30 anos com 1 de magistério, sic).

A análise das falas, relativas à prática pedagógica, sugere-nos que, no que tange à temática discutida, não existe ou não é seguida, pois, segundo Kramer (1997, p.19),

[...] Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta contém uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; traz também as dificuldades que enfrenta, os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta.

Esse tipo de discurso reproduz nas escolas uma concepção de educação sexual que prioriza questões relacionadas ao corpo biológico, constituído, primariamente, pela linguagem médica e marcada pela autoridade da produção do conhecimento científico, que, comumente, são considerados por muitos como imutáveis. Restringir as discussões ao biológico contribui para que se reproduza uma discussão “[...] a-política, a-histórica e universal [...]” (RIBEIRO, 1999, p. 358). Também ficou visível nos diálogos com as professoras a necessidade de uma normatização que autorize ou regulamente os conteúdos ensinados sobre sexualidade nas práticas escolares, apontam os PCN, além de profissionais habilitados, que tenham mais conhecimento ou que estejam mais preparados para discutir sobre essa temática, exemplificamos esses argumentos nas narrativas das Professoras Rayane e Maria.

Nesse caso, no discurso da professora Maria, a pessoa preparada estaria fundamentada para falar no e do corpo, através do discurso baseado no campo biológico. Segundo Ribeiro; Souza e Souza (2004), no espaço escolar, essa figura remete tanto ao/à professor/a de Ciências ou de Biologia quanto ao/à médico/a ou ao/à enfermeiro/a, ou, ainda, ao/à psicólogo/a, que, através de aulas, palestras, encontros, por exemplo, utilizam-se das explicações científicas sobre o funcionamento do corpo para prescrever um autocuidado, especialmente em relação à gravidez indesejada e às DST/AIDS. Se aceitarmos essa perspectiva, fragilizaremos o entendimento de que a implementação de um processo didático-pedagógico sobre a educação sexual requer a participação compartilhada de várias instâncias sociais, a exemplo da família, dividindo com elas as responsabilidades, e a transversalidade, ou seja, não restringir a discussão apenas ao/à professor/a de Ciências, porque todos/as precisam estar preparados/as para realizar um investimento educativo sobre o assunto, visando atender às solicitações e às necessidades dos/as adolescentes.

Outra questão relevante diz respeito à falta de conhecimento das entrevistadas sobre o significado de transmissão vertical, também chamada de materno-infantil, que se refere à transmissão do vírus HIV para o bebê durante o parto ou a amamentação. Segue o discurso das docentes sobre o tema questionado:

[...] Como assim? Tô por fora mesmo disso aí (MARIA - 60 anos com 22 de magistério, sic).

Transmissão vertical é a que é passada de mãe para filho, né? (FABIANA - 31 anos com 13 anos de magistério, sic).

Não, transmissão vertical, não (RAYANE, 43 anos - 15 de magistério, sic).

Transmissão vertical? Vige, eu não sei não, isso não me é estranho, mas eu, eu não sei definir o que é, então não tô lembrando também não, mas não me é estranho, eu não me lembro (JÚNIOR - 30 anos com 1 de magistério, sic).

Neves e Gir (2007, p. 614) chamam a atenção para a relevância do tema, ao afirmar:

[...] Se considerarmos que 85% das mulheres infectadas pelo HIV estão em idade fértil, tem-se o problema adicional da transmissão vertical do HIV, também denominada materno-infantil, que representa a principal forma de disseminação desse vírus na população infantil.

Essa forma de infecção pelo HIV é um evento biológico através do qual, durante a gestação, no momento do parto ou durante a amamentação, ocorre a transmissão do vírus da mãe infectada para seu/sua filho/a, e o fato de as docentes não conhecerem essa forma de transmissão do vírus é preocupante, pois, do grupo, somente a Professora Fabiana manifesta um conhecimento superficial, que, basicamente, repete a frase de um álbum seriado utilizado na escola (Figura 1).

Figura 1 – Foto de página de um álbum seriado sobre DST. Na parte superior, vemos a frase relativa à transmissão vertical: “Da mãe para o bebê”.



Fonte: Álbum seriado da Escola “A” sobre DST, confeccionado pelo Ministério da Educação (MEC).

O discurso das docentes em relação ao tema é tão conciso e sucinto que até mesmo impede que uma análise de conteúdo seja realizada. A ausência de conteúdo nas falas pode estar relacionada, provavelmente, à falta de campanhas midiáticas que divulguem esse tipo de infecção, bem como a ausência desta forma de transmissão do HIV nas coleções trabalhadas⁵ pelo grupo com os/as discentes. Anualmente, assistimos a duas campanhas nacionais de enfrentamento ao HIV, uma no carnaval e outra, no mês de dezembro, no Dia Internacional de Luta contra a AIDS. Em ambos os casos, o foco é a via de transmissão sexual.

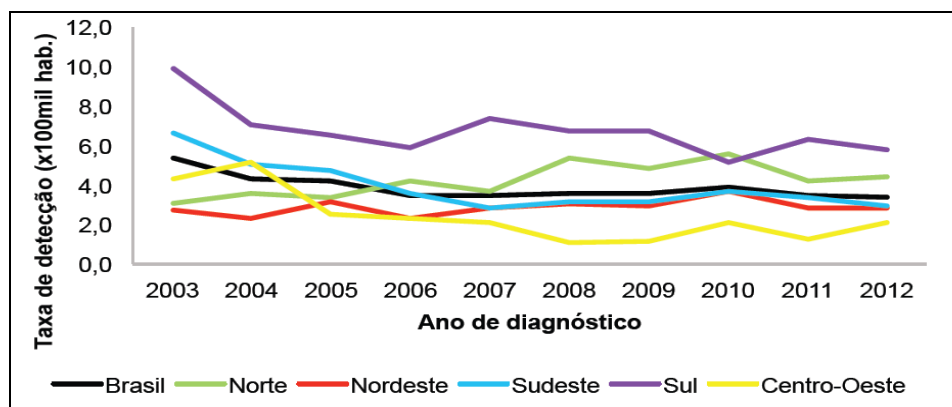
Uma campanha voltada para divulgar a transmissão vertical, ocorrida em 2004, que apresentou “[...] três biotipos diferentes (mães e seus respectivos bebês), possibilitou um grande alcance de recepção de informações sobre a importância de

⁵ Projeto Araribá (Editora Moderna), Projeto Radix (Editora Scipione) e Ciências, natureza e o cotidiano (Editora FTD).

exames para detectar AIDS e sífilis no pré-natal. A diversidade enfocada repassou uma compreensão de que a doença está para qualquer grupo humano, independentemente de “raça”/etnia ou de regionalismo. A ação educativa e o fato de também trabalharem com uma mãe negra chamaram a atenção para a crescente vulnerabilidade social do grupo ‘racial’ ao qual ela pertence [...]” (SILVA; FONSECA, 2010 p. 94).

A respeito da forma de divulgação, Silva e Fonseca (2010, p. 95) afirmam que, “[...] apesar dos dois pontos positivos, pesou fortemente contra a campanha o fato de ter sido divulgada, de forma massiva, somente por meio de rádio, embora também tenha sido divulgada por meio de cartazes [...]”. A divulgação radiofônica pode não ter sido a melhor opção, pois, de acordo com os resultados de Guilhem (2005, p. 161-162), que pesquisou o atendimento de pré-natal na cidade de Brasília, tem-se que “a televisão é de longe o veículo mais citado: 168 vezes no total e 121 vezes na primeira opção”. O rádio foi citado apenas 46 vezes, portanto, ocupou o sexto lugar e só ficou atrás de professores, amigos/familiares, unidades de saúde e jornais. Oliveira et. al. (2004) relatam o impacto positivo sobre mulheres gaúchas de uma campanha televisiva que divulgava a importância do sexo seguro. Considerando esses fatos, observamos que há um despreparo das docentes relacionado ao tema em questão, o que as impedem de discutir sobre o conhecimento com os discentes de forma educativa.

Podemos observar, no gráfico abaixo (Figura 2), que, no Brasil, a transmissão vertical por regiões, apresenta uma queda em seus índices desde 2003 e, nesse cenário, o Nordeste permanece com percentuais equilibrados de taxas de detecção por habitantes entre o período de 2003 e 2012, ocupando o quarto lugar dentre as regiões e apresentando um número de casos que, historicamente, mantém-se abaixo da média nacional (BRASIL, 2013). Independentemente do número de casos, a falta de diálogo e de informação sobre o tema pelas docentes entrevistadas demonstra a falta de preparo do grupo para trabalhar com o tema. A respeito desta flutuação entre as diferentes regiões brasileiras, Duarte et al (2005, p. 699) afirmam que “[...] As taxas de transmissão vertical do HIV-1 variam geograficamente na dependência dos diferentes padrões de distribuição dos fatores de risco para sua ocorrência. Adicionalmente, devem ser consideradas também as estratégias de redução adotadas em cada região [...]”, e uma das delas seria que o tema fosse discutido no âmbito escolar numa perspectiva de educação em saúde a qual apresenta-se como um meio do conhecimento científico, de uma determinada área da saúde atingir e interagir com o cotidiano das pessoas o que propicia a adoção de novos hábitos e condutas na área da saúde (PINAFO, 2011).

Figura 2 – Variação da taxa de detecção da transmissão vertical nas cinco regiões do Brasil

Fonte: Boletim Epidemiológico, 2013, p. 16.

Dentro do contexto apresentado acima se torna de profunda relevância os dados apresentados por Barcellos et al (2006), que ao trabalharem com casos de transmissão vertical da cidade de Porto Alegre, os mapearam, principalmente nas áreas mais populares e vulneráveis socialmente da cidade, locais, nos quais uma ação de educação em saúde, via escola surtira um efeito positivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu do interesse em analisar as práticas pedagógicas de educadores/as de Ciências que atuam no Ensino Fundamental II, sobre prevenção ao HIV/AIDS, visto que, uma vez ratificada a juvenilização da epidemia, entendemos que o/a professor/a é o/a principal agente desse processo para reduzir vulnerabilidades. O grupo pesquisado, composto de três educadoras e um educador, apresenta diferentes tempos de carreira profissional, e todas são licenciadas em Biologia, uma formação que, tradicionalmente, não privilegia discussões voltadas para temáticas sociais e culturais.

Como foi possível evidenciar nas observações, o discurso das docentes sobre sexualidade apresenta-se fortemente baseado no biológico e no natural, uma posição que dificulta toda uma análise e abordagens mais flexíveis e que girem em torno de aspectos culturais. Constatamos, ainda, que a discussão dessa temática nas escolas pesquisadas é realizada tradicionalmente como conteúdo da disciplina de Ciências, portanto, o enfoque dado é em relação à descrição do sistema genital, dos tipos e sobre o uso de métodos contraceptivos e de informações relacionadas às doenças, o que acaba favorecendo um debate superficial e, muitas vezes, ausente acerca da prevenção do HIV/AIDS. Discutidas por esse viés, gera precedentes para que as escolas possam

gerenciar e controlar a vida e a sexualidade dos/as alunos/as, com o objetivo de “distanciá-los/as” dos “perigos” das DST e da AIDS e de evitar a gravidez na adolescência. Esse tipo de abordagem, vinculado à materialidade biológica, não abre caminhos para outras formas de se pensar sobre as questões vinculadas à sexualidade, porque se deixa de discutir e de problematizar alguns pontos centrais em relação a corpos, gêneros e sexualidades, como a homofobia, os desejos e os prazeres, a equidade de gênero, a diversidade sexual, entre outras possibilidades (BARROS; RIBEIRO, 2012).

É importante ressaltar que, quando instituímos uma disciplina para trabalhar a sexualidade, limitamos o leque de opções sobre o tema. Nesse sentido, acreditamos que toda a equipe pedagógica da escola é responsável pela construção da sexualidade dos/as alunos/as, e a possibilidade de discussão da temática em diferentes componentes contribui para que o conteúdo não seja fragmentado e permite que diferentes saberes e conhecimentos perpassem a sala de aula.

O fundamental, quando se trata da Educação Sexual, é o desenvolvimento de um trabalho positivo, de valorização humana, mesmo que limitado o seu alcance, através de uma intervenção pedagógica adequada, para que o/a jovem seja capaz de fazer as próprias escolhas e de eliminar sentimentos de culpa. Projetos de prevenção apresentam bom desempenho e eficácia quando o/a professor/a é envolvido/a, mas o que acontece na prática - também observado neste trabalho - é que esse/a profissional não está preparado/a para abordar esse tema, portanto precisa se qualificar para uma ação planejada e transformadora, visando à promoção do bem-estar sexual através de valores baseados nos direitos humanos e nos relacionamentos de igualdade e respeito entre as pessoas.

As mudanças, fisiológicas e psicológicas que acontecem na adolescência precisam ser acompanhadas de perto para que, através da prevenção, ofereça-se proteção. No sentido de acolher e educar o indivíduo, revela-se importante a educação sexual, que deve ser oferecida desde o nascimento pela família, mas essa instituição nem sempre consegue cumprir satisfatoriamente sua função e acaba transferindo-a para outra instituição onde seu/sua filho/a passará grande parte de sua vida: a escola. Sabemos que as duas instituições têm ações complementares na educação e que a escola também enfrenta dificuldades para cumprir seu papel na educação sexual de seus alunos (JARDIM; BRÊTAS, 2006). Diante da necessidade de conquistar o adolescente e de atingir as suas expectativas de discutir não só questões biológicas, mas também

questões que envolvem sentimentos, valores, a moral e a ética, é necessário formar professores/as com habilidades essenciais, proporcionando-lhes condições de ampliar e renovar seus conhecimentos.

Considerando que as informações obtidas das professoras, todas licenciadas, indicam a dificuldade que apresentam para discutir sobre o tema e a facilidade com que unem a discussão aos aspectos naturalizantes, é evidente a necessidade de qualificar essas profissionais para encaminhar o debate em relação à sexualidade, aí incluída a questão da vulnerabilidade ao HIV, que propicia aos adolescentes e aos jovens condições para o desenvolvimento do senso de responsabilidade sobre a saúde individual e coletiva.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que a presente pesquisa almeja contribuir para os estudos relacionados à sexualidade com recorte para prevenção do HIV/AIDS entre adolescentes e jovens, rompendo com discursos hegemônicos de que essa temática deve ser discutida apenas nas disciplinas de Ciências, prevalecendo o enfoque biológico. Só assim, teremos professores/as capazes de desenvolver e manter um vínculo de confiança com seus/suas discentes e cumprir os objetivos da educação sexual na escola - levá-los/as à reflexão e à aplicação do conhecimento para a construção de sua cidadania.

ABSTRACT

PCN preconize prevention of HIV / AIDS as a theme within the context of discussions related to sexuality, gender and vulnerability. That, by presenting a multiplicity of visions, beliefs and values of parts of several actors / actresses end up generating controversy and ignorance. In this context, the present study aimed to better understand the professor speech about sexuality in HIV / AIDS age in the construction of meanings that contribute to safe or not for a preventive practice among adolescents and young people. The methodology was qualitative and semi-structured interview was the strategy chosen to collect the descriptive data of the teachers' speech. We observed the narrated experiences that the biological speech is used as a support for the referral of the subject, which greatly hinders the perception of sexuality as a plural construction, which involves costumes, languages, symbols, conventions, gender relations, not only a personal issue, but also is social and political. Therefore, the teacher's work requires constant renewal to manage the discussion regarding sexuality, including the issue of vulnerability to HIV, providing adolescents conditions for the development of a sense of responsibility on the individual and collective health.

Keywords: Pedagogical practice. Sexuality. HIV / AIDS.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Estudos Feministas. Florianópolis, UFSC, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

BARCELLOS C., ACOSTA L.M.W., LISBOA E.P., BRITO M.R.V., FLORES

R. Estimativa da prevalência de HIV em gestantes por análise espacial, Porto Alegre, RS. **Rev. Saúde Pública**. v. 40, n. 5, p. 928-930, 2006;
DOI:10.1590/S003489102006005000007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, LTDA. 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e diversidade sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: SECAD, 2000.

_____. Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico AIDS/DST**. 2013.

CAMPOS, C.J.G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 611-614, set/out. 2004.

CAVALCANTE, I. F.; MORAIS, M. A. C. de. Lendo o amor e a sexualidade na revista Realidade. In: CARVALHO, Maria Eulina P.; PEREIRA, Maria Zuleide. **Gênero e educação: múltiplas faces**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2003. p. 235-243.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DUARTE, G.; QUINTANA, S.M.; EL BEITUNE, P. Fatores Que influenciam a Transmissão vertical faz o vírus da imunodeficiência humana tipo 1. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032005001100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 nov. 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **A história da sexualidade 1. A vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 21. ed., 2011.

FURLANI, J. **Educação sexual**: quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. *Perspectiva* [online]. vol. 26, n. 1, p. 283-317, 2008. ISSN: 0102-5473.

GUILHEM, D. **Escravas do risco**: Bioética, mulheres e AIDS. Brasília: UNB, 2005.

JARDIM, D.P.; BRÊTAS, J.R. da S. **Orientação sexual na escola**: a concepção dos professores de Jandira - SP. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 59, n. 2, abr. 2006.

KRAMER, S. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educ. Soc.**, Campinas, v 18, n. 60, dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301997000300002>.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: Editora Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 2003.

NEVES, L.A. de S.; GIR, E. Mães portadoras do HIV/AIDS: percepções acerca da severidade da infecção. In: **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 41, n. 4, p. 613-618, 2007.

OLIVEIRA, D.L.L.C. de et. al. A negociação do sexo seguro na TV: discursos de gênero nas falas de agentes comunitárias de saúde do Programa Saúde da Família de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 5, 2004. p.1309-1318.

OLIVEIRA, C. **Didática da educação sexual**. São Paulo, Cíceros Editora 2012.

PAIVA, V. **Fazendo arte com camisinha**. São Paulo, Summus Editorial, 2000.

PINAFO, E. et al. Relações entre concepções e práticas de educação em saúde na visão de uma equipe de saúde da família. **Trabalhos em Educação e Saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, Oct. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462011000200003>.

QUIRINO, G. da S.; ROCHA, J.B.T. da. **Sexualidade e educação sexual na percepção docente**. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 43, mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2012.

RIBEIRO, M.O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a Enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem - USP**, v. 33, n. 4, p. 358-63, dez. 1999.

SILVA, J.A.N. da; FONSECA, I. da S. **Gestantes negras: vulnerabilidade, percepções de saúde e tratamento no pré-natal na Grande João Pessoa (Paraíba)**. João Pessoa, Editora Ideia, 2010.

SIMÕES, R.D. **A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)**. Faculdade de Educação USP, 2009.

SOUZA, R.P. de. Sexualidade-Riscos-Escola. In: SÁ, C. A. M.; PASSOS, M. R. L.; KALIL, R. S. **Sexualidade humana**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda., 2000. p. 61-69.

WEREBE, M.J.G. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998. p. 149-197.